

FMF - FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - CNPJ nº 17.405.747/0001-22

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Em Reais)							
ATIVO	Notas	2014	2013	PASSIVO	Notas	2014	2013
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.169.944	2.188.905	Fornecedores		9.656	6.585
Contas a receber	5	466.904	1.446.565	Obrigações sociais		76.499	98.465
Estoques		65.590	45.746	Impostos a recolher	8	38.251	54.634
Outros créditos	6	574	211.193	Parcelamentos fiscais	10	855.352	666.985
		3.703.012	3.892.409	Valores a pagar	9	1.456.303	1.657.744
						2.436.061	2.484.413
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		46.691	46.289	Parcelamentos fiscais	10	11.487.212	-
Investimentos		-	400.000	Provisão para passivos contingentes	11	1.701.467	35.832.993
Imobilizado	7	158.223	802.851	Receita antecipada	12	715.287	-
Intangível		3.002	3.002			13.903.966	35.832.993
		207.916	1.252.142				
TOTAL DO ATIVO		3.910.928	5.144.551	TOTAL DO PASSIVO		3.910.928	5.144.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A FMF - FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL, associação civil sem fins lucrativos, fundada em 05 de março de 1915, com sede à Avenida Barbacena, nº 473, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, é constituída pela livre união de Ligas Municipais e Associações Desportivas. A Federação goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, dirige o futebol não profissional, masculino e feminino, e o Futebol Profissional, no Estado de Minas Gerais. O objetivo da Federação é dirigir, promover, difundir, aperfeiçoar, e disciplinar a prática do futebol não profissional e profissional, em todos os níveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da entidade em 24 de abril de 2015.

Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da entidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

a) Auração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo não apresentam efeito relevante para serem ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

b) Caixa e equivalentes de caixa: A caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber: As contas a receber são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão difere entre o valor contábil e o valor recuperável.

d) Estoques: Os estoques são apresentados pelo custo, inferior ao mercado. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

e) Demais ativos circulares: São avaliados pelo custo de aquisição ou emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior.

f) Imobilizado: A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

O custo das principais renovações é acrescido ao valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a entidade. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil do ativo.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

g) Redução ao valor recuperável: O imobilizado e outros ativos não circulares são anualmente revisados para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda estimada, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

h) Provisões: As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Demais passivos circulante e não circulante: Registrados por valores exigíveis conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos - juros, variações monetárias e cambiais, incorridos até a data do balanço.

j) Receita diferida: Compreendem os valores recebidos ou incorridos de contratos enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. São reconhecidos como receita somente no momento em que são incorridas as despesas correspondentes.

k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável, e os de curto prazo são submetidos a esse ajuste quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa e contratuais.

l) Uso de estimativas: Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou em também períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	2014	2013	
Caixa	943	44.147	
Bancos conta movimento	11.675	3.258	
Valores em trânsito	3.157.326	2.141.500	
	3.169.944	2.188.905	

5. CONTAS A RECEBER			
	2014	2013	
Correntistas devedores	2.238.014	2.150.876	
Cheques devolvidos	-	2.385	
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.771.110)	(706.696)	
	466.904	1.446.565	

6. OUTROS CRÉDITOS			
	2014	2013	
Adiantamentos a terceiros	-	3.000	
Adiantamentos a fornecedores	-	171.064	
Valores a regularizar	574	25.784	
Outros	-	11.345	
	574	211.193	

7. IMOBILIZADO						
	2014	2013	Taxas Anuais de Depreciação			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Edifícios - Administração	-	-	-	636.267	-	-
Equip. de comunicação	50.669	(31.393)	19.276	2.454	10%	
Móveis e utensílios	159.169	(84.124)	75.045	70.204	10%	
Máquinas e equipamentos	4.200	(2.955)	1.245	2.315	10%	
Veículos	59.300	(39.230)	20.070	31.930	20%	
Instalações	31.729	(26.015)	5.714	2.281	10%	
Computadores e periféricos	170.097	(133.224)	36.873	57.400	20%	
	475.164	(316.941)	158.223	802.851		

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - 2014

	Edifícios	Equipamentos de Comunicação	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Instalações	Computadores e Periféricos	Total
Custo:								
Saldos em 31 de dezembro de 2013		636.267	27.700	140.152	4.200	59.300	26.015	1.056.442
Adições / Acréscimos	-	22.969	19.017	-	-	5.714	7.289	54.989
Baixas / Transferências	(636.267)	-	-	-	-	-	-	(636.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		50.669	159.169	4.200	59.300	31.729	170.097	475.164
Depreciação:								
Saldos em 31 de dezembro de 2013		-	(25.246)	(69.948)	(1.885)	(27.370)	(23.734)	(105.408)
Adições / Acréscimos	-	(6.147)	(14.176)	(1.070)	(11.860)	(2.281)	(27.816)	(63.350)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		-	(31.393)	(84.124)	(2.955)	(39.230)	(26.015)	(133.224)
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2013		636.267	2.454	70.204	2.315	31.930	2.281	57.400
Em 31 de dezembro de 2014		50.669	159.169	4.200	59.300	31.729	170.097	475.164

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - 2013

	Edifícios	Equipamentos de Comunicação	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Instalações	Computadores e Periféricos	Total
Custo:								
Saldos em 31 de dezembro de 2012		636.267	26.784	115.444	4.200	59.300	26.015	991.756
Adições / Acréscimos	-	720	24.904	-	-	-	39.062	64.686
Baixas / Transferências	-	196	(196)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		636.267	27.700	140.152	4.200	59.300	26.015	1.056.442
Depreciação:								
Saldos em 31 de dezembro de 2012		-	(19.777)	(57.641)	(1.046)	(15.511)	(18.531)	(74.863)
Adições / Acréscimos	-	(5.469)	(12.307)	(839)	(11.859)	(5.203)	(30.545)	(66.222)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		-	(25.246)	(69.948)	(1.885)	(27.370)	(23.734)	(105.408)
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2012		636.267	7.007	57.803	3.154	43.789	7.484	48.883
Em 31 de dezembro de 2013		50.669	159.169	4.200	59.300	31.729	170.097	475.164

*Balanço publicado conforme determinação do inciso I do Art. 46-A, da Lei nº9615/98

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Em Reais)		
	2014	2013
RECEITA BRUTA		
Renda de jogos	5.745.933	6.028.366
Taxas	1.229.187	1.111.769
Patrocínios	2.942.086	4.054.400
Publicidade	726.376	675.530
Doações	950.000	550.000
Gerais	504.649	935.011
	12.098.231	13.355.076
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas e gerais	(11.078.987)	(10.117.429)
Financeiras - líquidas	(106.739)	(3.120.524)
	(11.185.726)	(13.237.953)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	912.505	117.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(31.759.139)	(1.530.839)	(33.289.978)
Transferência do déficit	(1.530.839)	1.530.839	-
Superávit do exercício	-	117.123	117.123
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(33.289.978)	117.123	(33.172.855)
Transferência do superávit	117.123	(117.123)	-
Ajustes de exercícios anteriores	19.831.251	-	19.831.251
Superávit do exercício	-	912.505	912.505
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(13.341.604)	912.505	(12.429.099)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e a ICP 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, a entidade decidiu não utilizar o custo atribuído pelo fato de entender que os valores contábeis registrados são consistentes com seus valores justos. Outro ponto abordado por esses normativos refere-se à revisão da taxa de depreciação dos ativos imobilizados. A entidade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil econômica desses ativos.

8. IMPOSTOS A RECOLHER		
	2014	2013
Impostos federais - Consolidação	270	270
Impostos retidos na fonte	18.698	34.184
Valores retidos em jogos	19.283	20.180
	38.251	54.634

9. VALORES A PAGAR		
	2014	2013
Ademg - Adm. de Estádios de Minas Gerais	1.435.250	1.435.250
Taxa - Polícia Militar	-	145.760
Taxa - Bombeiros	-	25.869
Outras	21.053	50.865
	1.456.303	1.657.744

10. PARCELAMENTOS FISCAIS		
	2014	2013
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (a)	690.601	666.985
Parcelamentos débitos com INSS (b)	7.256.400	-
Parcelamentos débitos com RFB (b)	4.395.923	-
	12.342.564	666.985

Circulante 855.352 -
 Não Circulante 11.487.212 -
12.342.564 **666.985**

a) Com base no artigo 10, inciso I, alínea "a" da Lei nº 5.763, de 24 de julho de 1990, em 15 de dezembro de 2008 foram remetidos diversos créditos tributários junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, referentes à Imposto Predial e Territorial Urbano, Dívida Ativa de TVF-ISSQN e Taxa de Fiscalização e Funcionamento.

b) A Federação Mineira de Futebol aderiu ao novo parcelamento com base na Lei nº 11.941/09 incluindo débitos fiscais vencidos até 30 de novembro 2008 e, por consequência, registrou os benefícios relativos à redução da dívida, tomando por referência os pagamentos ao longo de 180 meses.

A administração da FMF considerou vantajosa a referida adesão por entender que: i. em relação aos processos administrativos e judiciais em curso, a probabilidade de sucesso não apontava para um passivo inferior ao que resultaria da adesão ao Refis; ii. eliminou incertezas sobre eventuais responsabilidades vincendas que poderiam ainda permanecer por longos anos; iii. tornou mais seguro o planejamento de tesouraria e do negócio, passando a ter claramente definidos o valor e o momento de pagamento das referidas responsabilidades;

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Em Reais)		
	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	912.505	117.123
Depreciação e amortização	63.350	66.223
	<	